

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Folha de São Paulo*

Class.: *AM-CPI*

Data *04.05.79*

Pg.: *397*

Nogueira Neto quer Estado explorando AM

BRÁSÍLIA (Sucursal) — A CPI do Senado sobre a Amazônia ouviu ontem, em sua primeira sessão, o depoimento do secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que voltou a defender a tese de que a região deve ser explorada por brasileiros, através de uma empresa estatal, sem contratos de concessão ou risco e apenas quando existir conhecimentos comprovados sobre a melhor forma de explorar racionalmente seus recursos florestais.

As medidas anunciadas recentemente pelo governo, que pretende transformar o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — em uma empresa pública para disciplinar essa exploração, foi muito bem recebida pelos senadores, principalmente da bancada do MDB. Já o senador arenista Benedito Ferreira (GO) criticou a atuação dos bispos da Amazônia nas denúncias de devastação da região, chamando-os de "padreiros progressistas entre aspas".

PROPOSTAS

Numa sessão que durou quase cinco horas, os senadores ouviram do secretário do Meio Ambiente explicações sobre as recentes propostas anunciadas pelo governo relativas à exploração dos recursos federais na região amazônica que, segundo o ministro Mário Andrezza, giram em torno de quatro pontos principais; a Amazônia será objeto de debate nacional através do Congresso; apenas brasileiros devem ter acesso ao potencial madeireiro da região ("Projeto Jari basta um" havia dito o ministro); não serão implantados projetos neste sentido antes de haver um consenso sobre a forma não predatória de obter recursos das 12 florestas designadas pela Sudam; e a transformação do IBDF numa empresa estatal para disciplinar esta ocupação.

Paulo Nogueira Neto disse ser intenção do governo entregar em regime de urgência, ao Congresso Nacional, um estudo da Comissão Interministerial formada pelos Ministérios do Interior e Agricultura, para a formulação de uma legislação que regulamente uma política de uso racional dos recursos florestais da Amazônia.

Segundo Paulo Nogueira, ao ser indagado sobre dados precisos dos desmatamentos que estão sendo efetuados na Amazônia, "não existem esses dados. Mas, com os novos equipamentos sofisticados, como a moto-serra, por exemplo, este processo acelera a devastação e por isso a urgência no que se refere à Amazônia, pois o tempo corre agora cada vez mais rápido".

O senador Franco Montoro (SP) perguntou ao depoente se não seria interessante a constituição de um subgrupo de estudo para agilizar o projeto de lei que proibirá os desmatamentos na Amazônia. Paulo Nogueira disse que medidas tomadas sem estudos aprofundados poderiam trazer problemas sociais indesejáveis, mas concordou que esta legislação deve vir o mais depressa possível.

FUNDAMENTAL

Ao colocar os quatro pontos considerados fundamentais para uma atuação racional na Amazônia, Paulo Nogueira Neto falou da ocupação da região por grupos estrangeiros. "A Amazônia é brasileira. É verdade que se admitiram estrangeiros nos projetos agropecuários, mas há setores dos quais não podemos abrir mão, como por exemplo, a posse da terra; em torno disso, inclusive, já há um consenso da comissão", esclareceu.

"O primeiro passo para isso é assegurar a posse da Amazônia à Nação e nada melhor para se conseguir este objetivo do que a criação dessa empresa estatal, mas sem contratos de risco ou concessões". Paulo Nogueira lembrou que de fato existem inúmeros projetos de empresas multinacionais na Amazônia, como o da Volkswagen, Liquegás e ainda o projeto Jari, "que estão lá cumprindo legislação vigente e estimulados por incentivos fiscais, ou seja, a convite do Brasil. Creio que não devemos mudar as regras do jogo quanto a esses projetos, mas isso não deverá se repetir.

Paulo Nogueira reconheceu ainda respondendo ao senador Montoro, que de fato existe desmatamento criminoso — não autorizado pela Sudam — em diversas regiões da Amazônia.

IGREJA CRITICADA

A atuação da Igreja na Amazônia e a própria campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "Preserve o que é de todos", foi duramente criticada pelo senador Benedito Ferreira (GO), para quem "a Igreja, ao unir-se ao coro dos intelectuais românticos que escrevem tendo ao lado um copo de Coca-Cola, está cometendo injúria contra aqueles que estão produzindo alimentos".

O senador chegou a classificar alguns representantes da Igreja, que têm se manifestado contra a devastação da Amazônia, de "padreiros entre aspas" e retratou-se, em seguida, dizendo que na verdade o tumulto era causado por "pseudo-sacerdotes estrangeiros que atuam na Amazônia", provocando os protestos tanto do depoente como do senador Henrique Santillo, que elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pela CNBB.